DARUMA TELECOMUNICAÇÕES E INFORMÁTICA S.A.

CNPJ 45.170.289/0001-25

Relatório da Administração

Srs. Acionistas: Submetemos à apreciação de V.Sas., o Balanço Patrimonial, e demais Demonstrações Financeiras relativo ao exercício findo em 31/12/2011 e 2010. Colocamo-nos a inteira disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários. Taubaté, 26/04/2012.

A Diretoria.

Balanços Patrimoniais - Em milhares de reais

ATIVO	**2011**	**2010**
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	5.132	14.182
Títulos e valores mobiliários (Nota 7)	19.435	14.973
Contas a receber de clientes (Nota 8)	78.299	74.314
Estoques (Nota 9)	28.285	30.517
Tributos a recuperar (Nota 10)	23.994	11.167
Partes relacionadas (Nota 26)	346	215
Outros ativos (Nota 11)	5.451	3.284
	160.942	148.652
Não circulante		
Realizável a longo prazo		
Outros ativos (Nota 11)	2.116	2.930
Títulos e valores mobiliários (Nota 7)	-	12.474
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 12)	11.166	7.070
	13.282	22.474
Imobilizado (Nota 13)	25.579	23.910
Intangível (Nota 14)	44	50
	25.623	23.960
	38.905	46.434
Total do ativo	199.847	195.086

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**2011**	**2010**
Circulante		
Empréstimos e financiamentos (Nota 17)	74.521	76.997
Fornecedores e outras contas a pagar (Nota 15)	33.448	24.273
Salários e encargos sociais	6.838	6.277
Tributos a pagar	1.132	2.610
Parcelamento de tributos (Nota 16)	2.309	1.631
Partes relacionadas (Nota 26)	7.741	6.428
	125.989	118.216
Não circulante		
Empréstimos e financiamentos (Nota 17)	22.744	45.455
Parcelamento de tributos (Nota 16)	5.704	2.639
Provisão para contingências (Nota 18)	597	631
Receitas diferidas	-	92
	29.045	48.817
Patrimônio líquido (Nota 19)		
Capital social	25.313	15.313
Reservas de lucros	19.500	12.740
	44.813	28.053
Total do passivo e do patrimônio líquido	199.847	195.086

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	2011	**2010**
Receita líquida de vendas e serviços (Nota 20)	185.562	261.103
Custo das vendas e serviços	(107.840)	(185.991)
Lucro bruto	77.722	75.112
Despesas com vendas	(40.409)	(43.338)
Despesas administrativas	(9.801)	(8.197)
Outras receitas (Nota 21)	10.646	4.738
Outras despesas operacionais (Nota 22)	(5.072)	(6.588)
Lucro operacional	33.086	21.727
Receitas financeiras (Nota 25)	4.074	1.945
Despesas financeiras (Nota 25)	(32.808)	(20.394)
Variações cambiais, líquidas	569	1.717
Despesas financeiras, líquidas (Nota 25)	(28.165)	(16.732)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	4.921	4.995
Imposto de renda e contribuição social (Nota 12 (c))	1.839	1.016
Lucro líquido do exercício	6.760	6.011
Ações em circulação no final do exercício (em milhares)	132.000	132.000
Lucro líquido por lote de mil ações do capital social no fim do exercício - R$	51,21	45,54

Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, não há outros componentes do resultado abrangente além do lucro líquido do exercício, motivo pelo qual não estão sendo apresentadas nas demonstrações do resultado abrangente.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Em milhares de reais

	Capital social	**Reservas de lucros: Legal**	**Reservas de lucros: Reservas de retenção de lucros**	**Reservas de lucros: Incentivos fiscais**	**Lucros acumulados**	**Total**
Em 31 de dezembro de 2009	15.313	280	6.449	-	-	22.042
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	6.011	6.011
Constituição de reservas	-	301	5.710	-	(6.011)	-
Em 31 de dezembro de 2010	15.313	581	12.159	-	-	28.053
Aumento de capital (Nota 19 (a))	10.000	-	-	-	-	10.000
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	6.760	6.760
Constituição de reservas	-	338	-	6.422	(6.760)	-
Em 31 de dezembro de 2011	25.313	919	12.159	6.422	-	44.813

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	2011	**2010**
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	4.921	4.995
Ajustes de		
Depreciação (Nota 13)	5.460	4.353
Amortização (Nota 14)	14	14
Ganho na alienação de imobilizado	(337)	(1.174)
Provisão (reversão) para impairment de contas a receber - PCLD (Nota 8)	175	(1.624)
(Reversão) Provisão para perdas na realização dos estoques (Nota 9)	(1.865)	52
Constituição (reversão) de provisão para contingências (Nota 18)	6	(282)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	17.487	9.653
	25.861	15.987
Variações no capital circulante		
Títulos e valores mobiliários	8.012	(14.775)
Contas a receber de clientes (Nota 8)	(3.985)	(35.462)
Estoques (Nota 9)	4.282	(3.992)
Tributos a recuperar	(12.827)	(6.007)
Partes relacionadas (Nota 26)	(2.787)	(1.894)
Outros ativos (Nota 11)	2.368	(1.824)
Depósitos judiciais (Nota 18)	(40)	(66)
Fornecedores e outras contas a pagar (Nota 15)	5.534	8.660
Salários e encargos sociais	561	2.651
Tributos a pagar	(1.478)	1.078
Parcelamento de tributos (Nota 16)	-	(3.176)
Receitas diferidas	(92)	(100)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas operações	25.409	(38.920)
Juros pagos	(13.800)	(15.204)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(2.257)	(1.037)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	9.352	(55.161)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de imobilizado (Nota 13)	(13.344)	(11.632)
Valor recebido pela venda de imobilizado	954	1.751
Aquisições de ativos intangíveis (Nota 14)	(8)	(39)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(12.398)	(9.920)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital	10.000	-
Obtenção de empréstimos de terceiros	140.070	139.865
Pagamentos de empréstimos	(158.649)	(69.365)
Obtenção de empréstimos de partes relacionadas	2.575	1.797
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento	(6.004)	72.297
(Redução) Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(9.050)	7.216
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	14.182	6.966
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	5.132	14.182

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2011 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Informações gerais: A Daruma Telecomunicações e Informática S.A. (a "Companhia" ou "Empresa") tem como atividades a industrialização de equipamentos e componentes destinados a telecomunicação, automação comercial, informática, e a prestação de serviços para instalação e manutenção no setor de telefonia, sendo os seus principais clientes as empresas de telefonia fixa, distribuidores na área de automação e órgãos governamentais, estaduais e federais na área de informática. A Companhia é uma sociedade por ações, de capital estrangeira estabelecida e domiciliada no Brasil, com sede em Taubaté - SP. A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 22 de março de 2012. **2. Resumo das principais políticas contábeis:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **2.1. Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Cômite de Pronunciamentos Contábeis - CPC. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. As demonstrações de resultados abrangentes não estão sendo apresentadas, pois não há valores a serem apresentados sobre esse conceito, ou sejam o resultado do exercício é igual ao resultado abrangente total. **2.2. Conversão de moeda estrangeira: (a) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação. **(b) Transações e saldos:** As operações com moedas estrangeiras são convertidas em moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão dos ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira pelas taxas de câmbio do final do exercício são reconhecidos na demonstração do resultado. Os ganhos e as perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. **2.3. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e saldos em contas garantidas. **2.4. Ativos financeiros: 2.4.1. Classificação:** A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. A Companhia não transaciona com instrumentos financeiros derivativos. **(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. **(b) Empréstimos e recebíveis:** Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem "Contas a receber de clientes", "Outros ativos" e "Caixa e equivalentes de caixa". **2.4.2. Reconhecimento e mensuração:** As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no período em que ocorrem. Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela Administração da própria Companhia. **2.4.3. Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **2.4.4. *Impairment* de ativos financeiros:** A Companhia avalia no final de cada período se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. O critério que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* inclui: (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor; (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal; (iii) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira; (iv) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou (v) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo: mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira; condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira. A Companhia avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de *impairment*. O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por impairment é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o impairment com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável. Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o impairment ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por impairment reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado. **2.5. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da transação e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa. Uma provisão para créditos de liquidação duvidosa ("*impairment*") é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não receberá todos os valores devidos de acordo com as condições originais das contas a receber. Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para *impairment*, se necessária. **2.6. Estoques:** Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método de avaliação de estoque "custo médio ponderado". O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de embalagem, matéria prima, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal). Os estoques são avaliados quanto ao seu valor recuperável nas datas de balanço. Em caso de perda por desvalorização (*impairment*), esta é imediatamente reconhecida no resultado. **2.7. Imobilizado:** Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração. A Companhia inclui no valor contábil de um item do imobilizado o custo de peças de reposição somente quando for provável que este custo proporcionará futuros benefícios econômicos. O valor contábil das peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são contabilizados como despesas do exercício, quando incorridos. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos, menos o valor residual, durante a vida útil, que é estimada como segue: • Edificações - 25 anos; • Máquinas - 10 anos; • Veículos - 3 a 5 anos; • Móveis, utensílios e equipamentos - 3 a 10 anos. Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado (Nota 2.9). Os ganhos e as perdas em alienação são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais" na demonstração do resultado. **2.8. Intangível: Licenças de uso de software:** As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir e preparar os softwares para utilização. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de cinco anos. **2.9. Provisões para perdas por *impairment* em ativos não financeiros, exceto estoques:** Os ativos sujeitos à depreciação ou amortização são revisados anualmente para verificação do valor recuperável. Quando houver indício de perda do valor recuperável (*impairment*), o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa à qual o ativo tenha sido alocado) é testado. Uma perda é reconhecida pelo valor em que o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo (ou de uma UGC), menos as despesas de venda, e o valor em uso. Para fins de avaliação de perda, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros que tenham sofrido redução, são revisados para identificar uma possível reversão da provisão para perdas por *impairment* na data do balanço. **2.10. Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação (ou seja, pelo valor a pagar ao banco, incluindo os custos da transação) e subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado. As despesas com juros são reconhecidas com base no método de taxa de juros efetiva e incluídas em despesas financeiras. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos 12 meses após a data do balanço. **2.11. Contas a pagar aos fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. **2.12. Provisões:** As provisões são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor possa ser estimado com segurança. Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto que reflita as avaliações atuais do mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **2.13. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** As despesas fiscais do período compreendem o imposto de renda e contribuição social corrente e diferido. O imposto é reconhecido na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Os encargos do imposto de renda e contribuição social corrente são calculados com base nas leis tributárias em vigor ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias decorrentes das bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras, ou de prejuízos ou créditos fiscais não utilizados. O imposto de renda e contribuição social diferido é calculado com base em alíquotas de imposto e leis fiscais em vigor, ou substancialmente promulgadas, na data-base das demonstrações financeiras. O valor contábil do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos é avaliado anualmente e uma provisão para desvalorização é estabelecida quando o valor contábil não puder ser recuperado com base no lucro tributável, presente ou futuro. **2.14. Capital social:** As ações são classificadas no patrimônio líquido. **2.15. Reconhecimento da receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida de impostos, devoluções, abatimentos e descontos. A Companhia reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e (iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir: **(a) Venda de produtos:** As vendas são reconhecidas quando da entrega dos produtos para o cliente, desde que não haja nenhuma obrigação não satisfeita que possa afetar a aceitação dos produtos pelo cliente. A entrega não ocorre até que os produtos tenham sido enviados para o local especificado, os riscos de obsolescência e perda tenham sido transferidos para o cliente, o cliente tenha aceitado os produtos de acordo com o contrato de venda e as disposições de aceitação tenham sido acordadas ou a Companhia tenha evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos. **(b) Prestação de serviços:** A Companhia tem contratos de manutenção e correção preventiva em aparelhos telefônicos públicos, tendo sua receita reconhecida no aceite da nota fiscal pelo cliente. **(c) Receita financeira:** A receita financeira é reconhecida usando o método da taxa de juros efetiva. **3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros. **3.1. Estimativas e premissas contábeis críticos:** A Companhia faz estimativa e estabelece premissas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. A Companhia entende que não existam estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social. **(a) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos:** A Companhia reconhece provisões para situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado final dessas questões for diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetarão os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo for determinado. **4. Gestão de risco financeiro: 4.1. Fatores de risco financeiro:** As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. **(a) Risco de crédito:** O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de contas a receber em aberto e operações compromissadas. Se não houver uma classificação independente, a Administração avalia a qualidade do crédito, levando em consideração a posição financeira do devedor, experiência passada e outros fatores. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela Administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a Administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes, além do provisionado. **(b) Risco de liquidez:** A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis a qualquer momento, a fim de que a Companhia não quebre os limites ou cláusulas de empréstimo em qualquer uma de suas linhas de crédito. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais. A tabela abaixo analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. A Companhia não transaciona com instrumentos financeiros derivativos. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Menos de um ano	**Entre um e dois anos**
Em 31 de dezembro de 2011		
Empréstimos e financiamentos	74.521	22.744
Fornecedores e outras contas a pagar	33.448	-
Em 31 de dezembro de 2010		
Empréstimos e financiamentos	76.997	45.455
Fornecedores e outras contas a pagar	24.273	-

(c) Risco cambial: A Companhia atua internacionalmente e está exposto ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, basicamente com relação ao dólar dos Estados Unidos e ao euro. O risco cambial decorre de operações comerciais futuras, ativos e passivos reconhecidos e investimentos líquidos em operações no exterior. **4.2. Gestão de capital:** Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. A estratégia da Companhia é manter o índice de alavancagem financeira que permita seu crescimento de forma sustentável, através da utilização de capital de terceiros, buscando sua melhoria e manutenção em 2011. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2011 e 2010 podem ser assim sumariados:

	31 de dezembro de 2011	**31 de dezembro de 2010**
Total dos empréstimos (Nota 17)	97.265	122.452
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(5.132)	(14.182)
Dívida líquida	92.133	108.270
Total do patrimônio líquido	43.199	28.053
Total do capital	135.332	136.323
Índice de alavancagem financeira - %	68%	79%

4.3. Estimativa do valor justo: Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment)*, estejam próximos de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

5. Instrumentos financeiros por categoria

31 de dezembro de 2011	**Empréstimos e recebíveis**	**Total**
Ativos, conforme o balanço patrimonial		
Contas a receber de clientes e outros ativos	85.865	85.865
Caixa e equivalentes de caixa	5.132	5.132
Títulos e valores mobiliários	19.435	19.435
	110.432	110.432

31 de dezembro de 2011	**Outros passivos financeiros**	**Total**
Passivo, conforme o balanço patrimonial		
Empréstimos e financiamentos	97.265	97.265
Fornecedores e outras contas a pagar	33.448	33.448
	130.713	130.713

31 de dezembro de 2010	**Empréstimos e recebíveis**	**Total**
Ativos, conforme o balanço patrimonial		
Contas a receber de clientes e outros ativos	80.528	80.528
Caixa e equivalentes de caixa	14.182	14.182
Títulos e valores mobiliários	14.973	14.973
	109.683	109.683

31 de dezembro de 2010	**Outros passivos financeiros**	**Total**
Passivo, conforme o balanço patrimonial		
Empréstimos e financiamentos	122.452	122.452
Fornecedores e outras contas a pagar	24.273	24.273
	146.725	146.725

6. Caixa e equivalentes de caixa	**31 de dezembro de 2011**	**31 de dezembro de 2010**
Caixa e depósitos bancários	5.132	14.182

7. Títulos e valores mobiliários	**31 de dezembro de 2011**	**31 de dezembro de 2010**
Modalidade		
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	18.812	26.880
Fundo de Depósitos Interbancários	623	567
	19.435	27.447
(-) Circulante	(19.435)	(14.973)
Não circulante	-	12.474

Os títulos e valores mobiliários rendem substancialmente a variação do CDI. Esses saldos estão dados em garantias de empréstimos e financiamentos tomados.

8. Contas a receber de clientes	**31 de dezembro de 2011**	**31 de dezembro de 2010**
Telefonia	10.454	10.350
Automação	32.066	20.424
Informática	36.407	43.993
(-) Provisão para devedores duvidosos	(628)	(453)
	78.299	74.314

Em contas a receber de clientes, a Companhia reconheceu uma provisão para créditos de liquidação duvidosa de R$ 628 (2010 - R$ 453), a qual é julgada adequada vis-à-vis a expectativa de perdas dos títulos em atraso.

(a) Contas a receber por vencimento	**31 de dezembro de 2011**	**31 de dezembro de 2010**
A vencer	40.060	20.387
Vencidas:		
De 1 a 180 dias	26.977	52.556
De 181 a 360 dias	5.160	295
Acima de 361 dias	6.102	1.076
Total	78.299	74.314

(b) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa no exercício

Em 31 de dezembro de 2010	(453)
Complemento de provisão no exercício	(175)
Em 31 de dezembro de 2011	(628)

9. Estoques	**31 de dezembro de 2011**	**31 de dezembro de 2010**
Matéria-prima	25.047	20.090
Produtos em elaboração	-	1.750
Produtos acabado	3.423	10.727
Provisão para perdas na realização dos estoques	(185)	(2.050)
	28.285	30.517

O custo dos estoques reconhecidos como despesas no exercício de 2011 totalizou R$ 91.967 (2010 - R$ 169.071) - Nota 24.

10. Tributos a recuperar	**31 de dezembro de 2011**	**31 de dezembro de 2010**
Retenção de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ	6.726	3.073
Retenção de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSSL	3.426	3.485
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	776	557
Imposto sobre Produto Industrializado - IPI	418	464
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS (*)	7.929	1.018
Outros	4.719	2.570
	23.994	11.167

(*) A Companhia, durante o exercício de 2011, reconheceu créditos extemporâneos de ICMS no montante de R$ 7.397 mil, os quais estão amparados por opinião de seus consultores jurídicos.

11. Outros ativos	**31 de dezembro de 2011**	**31 de dezembro de 2010**
Adiantamentos a fornecedores	4.482	3.034
Turema Empreendimentos - outros créditos (*)	2.210	2.900
Urmet Domus - outros créditos	-	30
Despesas do exercício seguinte	875	250
	7.567	6.214
(-) Circulante	(5.451)	(3.284)
Não circulante	2.116	2.930

(*) Referem-se a créditos a receber até 2016, conforme contrato assinado em 1º de setembro de 2006 e 1º aditivo contratual de 20 de dezembro de 2007, e é acrescido de juros de 1,5% ao mês.

12. Imposto de renda e contribuição social diferidos: (a) Composição dos tributos diferidos: Os saldos de ativos e passivos diferidos apresentam-se como seguem:

	2011 ativo não circulante: Imposto de renda	**2011 ativo não circulante: Contribuição Social**	**2010 ativo não circulante: Imposto de Renda**	**2010 ativo não circulante: Contribuição Social**
Prejuízo fiscal (*)	28.187	-	20.726	-
Base negativa (*)	-	28.450	-	20.989
Diferenças temporárias	4.585	4.583	-	-
Alíquota	25%	9%	25%	9%
Imposto diferido	8.193	2.973	5.181	1.889

(*) A Companhia, durante o exercício de 2011, suportada por estudo realizado por seus consultores jurídicos, reconheceu subvenção para investimento caracterizada pelo crédito outorgado de ICMS concedido pelo Estado de São Paulo, no montante de R$ 7.838, especificamente no que concerne à apuração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Essa subvenção, alocada no resultado do exercício, conforme Pronunciamento Técnico CPC 07 (R1), não é tributada para fins de imposto de renda e contribuição social. **(b) Período estimado de realização:** Os créditos tributários de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social são compensáveis com os mesmos tributos que vierem a ser apurados sobre lucros tributários futuros, limitados em cada ano a 30% do lucro tributável. Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia. Os valores dos ativos apresentam as seguintes expectativas de realização:

Ano	**Valor líquido dos créditos 2011**
2012	2.320
2013	2.958
2014	3.744
2015	2.144
	11.166

(c) Reconciliação da (despesa) receita do imposto de renda e da contribuição social: A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	2011	**2010**
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	4.921	4.995
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - %	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação - (despesa)	(1.673)	(1.698)
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva		
Preço de transferência	(64)	(85)
Inovação tecnológica	766	548
Incentivos fiscais - Subvenção para investimentos	2.665	-
Constituição de tributos diferidos de exercícios anteriores	-	2.053
Outras exclusões	145	198
Receita de imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	1.839	1.016
Imposto corrente	(2.257)	(1.037)
Imposto diferido	4.096	2.053
	1.839	1.016

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias/prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

13. Imobilizado

Custo	**Terrenos e edificações**	**Veículos e máquinas**	**Móveis, utensílios e equipamentos**	**Total**
Em 1º de janeiro de 2010	9.875	6.015	19.954	35.844
Adições	14	6.378	5.240	11.632
Baixas	-	(3.069)	(100)	(3.169)
Em 31 de dezembro de 2010	9.889	9.324	25.094	44.307
Depreciação acumulada				
Em 1º de janeiro de 2010	(6.752)	(3.365)	(8.519)	(18.636)
Depreciação anual	(487)	(1.053)	(2.813)	(4.353)
Depreciação acumulada de ativos baixados	-	714	1.878	2.592
Em 31 de dezembro de 2010	(7.239)	(3.704)	(9.454)	(20.397)
Valor contábil				
Em 1º de janeiro de 2010	3.123	2.650	11.435	17.208
Em 31 de dezembro de 2010	2.650	5.620	15.640	23.910
Custo				
Em 1º de janeiro de 2011	9.889	9.324	25.094	44.307
Adições	-	10	13.334	13.344
Baixas	-	(233)	(8.391)	(8.624)
Em 31 de dezembro de 2011	9.889	9.101	30.037	49.027
Depreciação acumulada				
Em 1º de janeiro de 2011	(7.239)	(3.704)	(9.454)	(20.397)
Depreciação anual	(489)	(1.000)	(3.971)	(5.460)
Depreciação acumulada de ativos baixados	-	86	2.323	2.409
Em 31 de dezembro de 2011	(7.728)	(4.618)	(11.102)	(23.448)
Valor contábil				
Em 1º de janeiro de 2011	2.650	5.620	15.640	23.910
Em 31 de dezembro de 2011	2.161	4.485	18.487	25.579

A depreciação e amortização do exercício foi alocada ao custo das vendas e serviços, no montante de R$3.479, e às despesas operacionais, no montante de R$ 1.981. Em 31 de dezembro de 2011, os empréstimos e financiamentos bancários estão garantidos por terreno e edificações no valor de R$2.650 (2010 - R$ 2.650).

14. Intangível

	Software	**Total**
Custo		
1º de janeiro de 2010	815	815
Adições	39	39
Em 31 de dezembro de 2010	854	854
Amortização e *perdas* acumuladas		
1º de janeiro de 2010	(790)	(790)
Amortização anual	(14)	(14)
Em 31 de dezembro de 2010	(804)	(804)
Valor contábil		
Em 1º de janeiro de 2010	25	25
Em 31 de dezembro de 2010	50	50

	Software	**Total**
Custo		
1º de janeiro de 2011	854	854
Adições	8	8
Em 31 de dezembro de 2011	862	862
Amortização e *perdas* acumuladas		
1º de janeiro de 2011	(804)	(804)
Amortização anual	(14)	(14)
Em 31 de dezembro de 2011	(818)	(818)
Valor contábil		
Em 1º de janeiro de 2011	50	50
Em 31 de dezembro de 2011	44	44

15. Fornecedores e outras contas a pagar	**31 de dezembro de 2011**	**31 de dezembro de 2010**
Fornecedores nacionais	22.511	13.185
Fornecedores estrangeiros	4.067	6.248
Adiantamentos a clientes	2.771	658
Seguros	394	135
Fretes	419	1.267
Provisões e contas a pagar diversas	2.879	2.175
Outras contas a pagar	407	605
	33.448	24.273

16. Parcelamento de tributos

	Quantidade de parcela	**Vencimento**	**31 de dezembro de 2011: Circulante**	**31 de dezembro de 2011: Não circulante**	**31 de dezembro de 2010: Circulante**	**31 de dezembro de 2010: Não circulante**
Contribuição para inanciamento da seguridade social - COFINS	60	27 de setembro de 2014	607	1.062	538	1.478
Programa de integração social - PIS	60	27 de setembro de 2014	132	231	117	321
Fundo nacional de desenvolvimento da educação - FNDE	120	05 de julho de 2013	173	108	127	202
Imposto sobre circulção de mercadorias e serviços - ICMS	12 a 60	junho de 2011 a dezembro de 2013	445	221	831	638
Sesi	60	4 de agosto de 2016	79	290	-	-
Senai	60	4 de agosto de 2016	50	185	-	-
Contribuição social	60	6 de agosto de 2016	42	145	-	-
Contribuição social	60	13 de dezembro de 2016	107	312	-	-
Contribuição social - INSS	60	7 de maio de 2015	568	1.952	-	-
Tributos parcelados - REFIS IV	160	7 de maio de 2024	106	1.198	18	-
			2.309	5.704	1.631	2.639

Em julho de 2003, a Companhia aderiu ao programa de Parcelamento Especial - PAES, conforme facultado pela Lei 10.684/03. Foram objeto de parcelamento os débitos junto à Secretaria da Receita Federal - SRF, à Procuradoria- Geral da Fazenda Nacional - PGFN, ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e inclusive débitos a terceiros (SESI, SENAI e FNDE). No ato da consolidação dos débitos retromencionados, a Companhia beneficiou-se da redução de 50% da multa de mora ou de ofício. De acordo com as condições do parcelamento em que se enquadra a Companhia, os valores dos débitos poderão ser pagos no prazo máximo de 180 e mínimo de 120 meses, observando, na determinação de cada parcela, os seguintes limites: (i) 0,75% da receita bruta auferida no mês anterior ao do vencimento (percentual reduzido em 50% devido parcelamento simultâneo SRF/PGFN e INSS); e (ii) pagamento mínimo mensal de R$ 2, prevalecendo o maior valor. Ao valor de cada parcela deverão ser acrescidos juros correspondentes à variação da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, a partir do mês subsequente ao da consolidação dos débitos, até o mês do pagamento. A exclusão do parcelamento será aplicada em caso de inadimplência, por três meses consecutivos ou seis alternados, aquele que ocorrer primeiro, referente a quaisquer tributos e/ou contribuições parcelados ou relativos aos vencimentos após 28 de fevereiro de 2003. A exclusão do parcelamento especial implicará na exigibilidade imediata dos débitos do fato gerador até a data do efetivo pagamento. As parcelas estão sendo pagas mensalmente, vencíveis no último dia útil de cada mês. No segundo semestre de 2009, a Companhia aderiu ao Programa de Parcelamento de Débitos Tributários (REFIS) aprovado pela Lei 11.941/09 e pela Medida Provisória 470/09. Dessa forma, em 30 de novembro de 2009 foi reclassificado para a rubrica de "Impostos e contribuições parceladas" os débitos e tributos federais elegíveis ao específico parcelamento no montante de R$ 1.743. Além disso, houve compensação de prejuízos fiscais com outros impostos decorrente do parcelamento no montante de R$ 4.662. O sistema tributário brasileiro é de auto-lançamento, portanto, as declarações de renda arquivadas permanecem abertas para revisão pelas autoridades fiscais por um período de cinco anos contados da data de arquivamento. Durante o exercício de 2011, a Companhia aderiu ao programa de débitos tributários (REFIS). Foram objeto de parcelamento os débitos junto à Receita Federal - SRF, do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e débitos a terceiros (SESI e SENAI), no montante de R$ 5.077, num período máximo de 160 meses.

17. Empréstimos e financiamentos

Modalidade	**31 de dezembro de 2011: Circulante**	**31 de dezembro de 2011: Não Circulante**	**31 de dezembro de 2010: Circulante**	**31 de dezembro de 2010: Não Circulante**
Capital de giro:				
- CDI + 0,30% a.m a CDI+2,0% a.m	32.551	11.928	22.099	11.639
Cheque especial - 5,5% a.m a 7,5% a.m	4.080	-	2.607	-
Conta garantida - CDI + 0,40% a.m a CDI+5,0% a.m	8.341	3.276	19.789	5.988
Vendor - CDI+0,40% a.m a CDI+0,80% a.m	-	-	9.508	-
Mútuo - CDI 0,50% a.m a CDI 0,80% a.m	29.019	6.900	19.250	26.180
Pec BNDES - 0,85% a 1,458% a.m	210	-	3.047	207
Leasing : CDI+0,259% a.m	320	640	697	1.441
	74.521	22.744	76.997	45.455
	-	97.265	-	122.452

(a) Empréstimos bancários: Os empréstimos bancários vencem até 2013, com juros pré-fixados e parcelas pagas mensalmente. Garantias oferecidas referentes ao total de empréstimos são duplicatas, avalistas, contratos e bens do ativo imobilizado (Nota 13). As linhas de crédito que vencem dentro de um ano são linhas de crédito anuais sujeitas a revisão em várias datas durante 2012.

	31 de dezembro de 2011	**31 de dezembro de 2010**
Seis meses ou menos	24.076	37.986
Seis meses a um ano	50.445	39.011
Um a cinco anos	22.744	45.455
	97.265	122.452

18. Provisões para contingências	**31 de dezembro de 2011**	**31 de dezembro de 2010**
Trabalhistas e previdenciárias	262	262
Cíveis	120	120
Tributárias	1.170	1.164
Depósitos judiciais	(955)	(915)
	597	631

Movimentação dos processos judiciais

	2011: Saldo Inicial	**Adições/ Baixas**	**Transferências**	**Pagamentos**	**31 de dezembro de 2011**
Processos trabalhistas	262	-	-	-	262
Processos Civeis	120	-	-	-	120
Processos Tributários	1.164	6	-	-	1.170
Depósitos Judiciais	(915)	(40)	-	-	(955)
	631	(34)	-	-	597

(a) Natureza das contingências: A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis e tributários, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seus consultores legais externos. A natureza das obrigações pode ser sumariada como segue: • Contingências trabalhistas e previdenciárias - consistem em reclamações de ex-empregados vinculados, principalmente, a disputa de isonomia e outras verbas trabalhistas. • Contingências cíveis - refere-se, principalmente, à discussão relativa às indenizações (INSS) por danos morais e materiais de terceiros. • Contingências tributárias - referem-se, principalmente, à discussão quanto à contribuição previdenciária de cessão de mão de obra. **(b) Perdas possíveis, não provisionadas:** A Companhia possui diversas ações de natureza trabalhista, cível e tributária, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração e seus consultores jurídicos como possível, para as quais não há provisão constituída, conforme composição a seguir:

	31 de dezembro de 2011
Trabalhistas	8.315
Cíveis	1.571
Tributários	854
	10.740

19. Capital social e reservas: (a) Capital social: O capital social é de R$ 25.313 em 31 de dezembro de 2011 (R$ 15.313 em 31 de dezembro de 2010), totalmente subscrito e integralizado, representado por 132.000.000 ações, sendo 74.565.226 ordinárias nominativas e 57.434.774 preferenciais nominativas, de classe única, sem valor nominal, cujos acionistas são a Urmet Telecomunicazioni S.p.A e a D.I.C. International S.A.. Durante o exercício de 2011, os acionistas Urmet Telecomunicazioni S.p.A e D.I.C. International S.A. efetuaram um aumento de capital nos montantes de R$ 8.200 e R$ 1.800, respectivamente, totalizando R$ 10.000, o qual foi totalmente integralizado, não alterando o número de ações da Companhia. **(b) Reserva legal:** A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo ou aumentar o capital. **(c) Reserva de retenção de lucros:** A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimentos, a ser deliberado na Assembleia Geral dos Acionistas, em observância ao artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações. **(d) Reserva de incentivos fiscais:** Constituída de acordo com o estabelecido no artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações (emendado pela Lei nº 11.638, de 2007); essa reserva recebe a parcela dos incentivos fiscais, descritos na Nota 21, reconhecidos no resultado do exercício e a ela destinados a partir da conta de lucros acumulados. Esses incentivos não integram a base de cálculo do dividendo mínimo obrigatório. O montante de R$ 4.889 foi reconhecido como reserva de incentivos fiscais em 31 de dezembro de 2011 e, devido a esse montante ser inferior ao total de subvenção para investimento reconhecido no resultado do exercício (R$ 7.838), o restante será reconhecido como reserva de incentivos fiscais em lucros de exercícios futuros da Companhia. **(e) Dividendo mínimo obrigatório:** Conforme estatuto da Companhia, aos acionistas é assegurado o direito de receber dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado. Entretanto, conforme artigo 37 do estatuto da Companhia, o dividendo não será obrigatório no exercício social em que a administração o julgar incompatível com a situação financeira da Companhia, observando o que dispõe o parágrafo 4º do artigo 202 da Lei 6.404/76. Conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 13 de maio de 2010, os acionistas da Companhia deliberaram pela transferência integral do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2010 para constituição de reservas de lucros (reserva legal e retenção de lucros). Portanto, os acionistas deliberaram pelo não pagamento de dividendos mínimos obrigatórios, conforme determinado pelo estatuto social da Companhia, fato também ocorrido no exercício de 2011, onde os acionistas comunicaram à Administração quanto à decisão de não necessidade de distribuição dos dividendos mínimos relativos a esse exercício.

20. Receitas de vendas e serviços	**31 de dezembro de 2011**	**31 de dezembro de 2010**
Receita bruta de vendas	185.931	272.669
Receita de serviços	45.547	45.694
Impostos incidentes sobre vendas, serviços e descontos	(45.916)	(57.260)
Receita líquida	185.562	261.103

21. Outras receitas	**31 de dezembro de 2011**	**31 de dezembro de 2010**
Ganho na venda de ativo imobilizado	490	1.174
Receita de aluguel	-	100
Subvenção para investimentos (i)	7.838	-
Ressarcimento INSS (ii)	1.134	-
Reversão de provisões	48	2.242
Outras receitas	1.136	1.222
	10.646	4.738

(i) A Companhia, durante o exercício de 2011, suportada por estudo realizado por seus consultores jurídicos, reconheceu subvenção para investimento caracterizada pelo crédito outorgado de ICMS concedido pelo Estado de São Paulo, no montante de R$ 7.838, especificamente no que concerne à apuração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Essa subvenção, alocada no resultado do exercício, conforme Pronunciamento Técnico CPC 07 (R1), não é tributada para fins de imposto de renda e contribuição social. (ii) A Companhia, com base em estudo realizado por seus consultores jurídicos, reconheceu e se utilizou de créditos extemporâneos de contribuições previdenciárias sobre verbas indenizatórias e não salariais no montante de R$ 1.134.

22. Outras despesas operacionais	**31 de dezembro de 2011**	**31 de dezembro de 2010**
Outras despesas operacionais	(341)	(1.962)
Despesas com serviços comerciais	(2.338)	(2.697)
Despesas com serviços de informática	(624)	(642)
Despesas com serviços de telefonia	(1.769)	(1.287)
	(5.072)	(6.588)

23. Análise da receita por categoria	**2011**	**2010**
Venda de produtos	144.875	224.503
Receita com serviços	40.687	36.600
	185.562	261.103

Os resultados de suas receitas com clientes no Brasil é de R$ 185.453 (2010 - R$ 261.001), e o total de receita com clientes de outros países é de R$ 109 (2010 - R$ 102).

24. Despesas por natureza	**31 de dezembro de 2011**	**31 de dezembro de 2010**
Matérias primas e materiais de consumo utilizados	(91.967)	(169.071)
Gastos gerais de fabricação	(6.134)	(10.337)
Salários e benefícios a empregados (Nota 27)	(34.489)	(34.183)
Depreciação e amortização	(5.474)	(4.367)
Transporte e entrega de produtos	(9.921)	(10.845)
Publicidade	(670)	(409)
Pesquisa	(3.826)	(4.352)
Serviços de engenharia	(4.731)	(4.626)
Outras despesas e custos operacionais	(5.910)	(5.924)
	(163.122)	(244.114)

25 .Receitas e despesas financeiras	**31 de dezembro de 2011**	**31 de dezembro de 2010**
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(28.341)	(16.605)
Descontos concedidos	(282)	(118)
Taxas, impostos e outras despesas bancárias	(4.185)	(3.671)
Despesas financeiras	(32.808)	(20.394)
Receita de aplicação financeira	3.885	1.874
Outras receitas	189	71
Receitas financeiras	4.074	1.945
Variações cambiais, líquidas	569	1.717
Despesas financeiras, líquidas	(28.165)	(16.732)

26. Transações com partes relacionadas

(a) Saldos e transações **Ativo circulante**	**31 de dezembro de 2011**	**31 de dezembro de 2010**
Contas a receber - Urmet TLC S.p.A	346	215

Passivo circulante	**31 de dezembro de 2011**	**31 de dezembro de 2010**
Contas a pagar - Urmet TLC S.p.A	2.782	2.015
Empréstimos - Urmet TLC S.p.A (taxas de 3% a 6% a.a.)	4.959	4.413
	7.741	6.428

Em 2011, operações de vendas para partes relacionadas totalizaram R$130 mil, bem como compras com partes relacionadas totalizaram R$ 2.089 mil. **(b) Remuneração do pessoal-chave da Administração:** O pessoal-chave da administração inclui diretores executivos e não executivos e todos os administradores da Companhia. A remuneração paga ao pessoal-chave da administração por serviços prestados está apresentada a seguir:

	31 de dezembro de 2011	**31 de dezembro de 2010**
Remuneração total do pessoal-chave da administração	644	609

27. Despesas com salários e benefícios a empregados	**31 de dezembro de 2011**	**31 de dezembro de 2010**
Salários	18.887	22.631
Custos previdenciários e outros	15.602	11.552
	34.489	34.183
Número de empregados	932	973

28. Seguros: A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia apresentava as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Bens segurados	**Riscos cobertos**	**Montante da cobertura**
Patrimônio e estoques	Incêndio/raio/explosão/danos elétricos/ vendaval a fumaça/lucros cessantes	55.000
Produto acabado	Transporte internacional importação	1.876
Bens e mercadorias	Transporte internacional importação	750

Adicionalmente, a Companhia mantém apólices específicas para responsabilidade civil.

Conselho de Administração

Andrea Costa - Presidente

Ferruccio Cometto - Conselheiro

Marco Caseli - Conselheiro

Diretoria Executiva

Mário Luiz Campo Grande de Jesus Mendes - Diretor Presidente

Ronnie Michel Helfstein - Diretor Financeiro

Ronaldo Carneiro de Mesquita

Gerente de Contabilidade - CRC - 1SP 197867/O-4

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas

Daruma Telecomunicações e Informática S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras da Daruma Telecomunicações e Informática S.A. (a "Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas. **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião:** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Daruma Telecomunicações e Informática S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São José dos Campos, 26 de abril de 2012

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Marcos Roberto Sponchiado
Contador CRC 1SP175536/O-5